Brasília, 08 de março de 2018

Conforme solicitado pelo Secretário de Educação, professor Júlio Gregório, encaminhamos o projeto para constituição da Comunidade de Práticas Sustentáveis (C.P.S). Destacamos que esse projeto foi construído e debatido com a comunidade da região, que se propôs a participar integralmente de todas as etapas.

O C.P.S. constitui-se em inovação, uma vez que busca incorporar uma nova prática pedagógica e as dimensões da sustentabilidade. O presente projeto busca explicitar as inovações curriculares, pedagógicas e administrativas pretendidas pela C.P.S. e contém referências teóricas e normativas legitimadoras da sua criação.

Ficamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Cláudia Passos Sant'Anna José Francisco de Almeida Pacheco

# PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA COMUNIDADE DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

# 1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Comunidade de Práticas Sustentáveis (CPS) surge de uma solicitação da comunidade do Jardim Botânico e Jardins Mangueiral, que constituem a Região Administrativa (RA) XXVII no DF, por ser a única região do DF sem nenhum equipamento público, principalmente com a ausência de escolas. A comunidade pede há anos que seja construída uma escola e reclama que há um prédio pronto para este fim, fruto de compensação ambiental da construção do bairro Jardins Mangueiral, que está ocioso e poderia ser usado para um projeto educacional no bairro.

A proposta, neste projeto, é a de propagar o trabalho já iniciado na cidade do Paranoá, com a Comunidade de Aprendizagem do Paranoá (C.A.P.), que, por sua vez, surgiu da insatisfação de um grupo de educadoras da Secretaria de Educação do Distrito Federal perante os nefastos efeitos do modelo escolar vigente. Constituído em equipe de projeto, um grupo de educadores, gestores e lideranças comunitárias do bairro assumiu o princípio de que é preciso rever os conceitos de educação e de aprendizagem e de reconfigurar as práticas escolares.

Na prática educativa convencional, o professor – aquele que professa detém o conhecimento e tem por missão transmiti-lo ao "aluno". Limita, quase sempre, a sua ação ao espaço da sala de aula e sobrevive na difícil tarefa de "transmitir" informação, distante da realidade social em que está inserido. Sozinho, no contexto de uma sociedade altamente conectada, está desconectado de si e dos outros. Sofre, adoece.

Esse personagem do drama educacional, embora adoecido, é fundamental no processo de mudança do mundo. Para tal, deverá abdicar do papel de detentor de informação, reelaborar a sua cultura pessoal e profissional e viver uma nova experiência: ser educador, aquele que estabelece vínculos afetivos e, com o outro, produz informação e a partilha. Deverá ser facilitador do

processo de aprendizagem, criando um ambiente fértil de pesquisa, para que o educando explore e vivencie, de forma autônoma e crítica, as possibilidades de produzir conhecimento e contribuir para a transformação da sociedade. Toma consciência da necessidade de questionar suas práticas e flexibilizá-las, para atender as demandas individuais do educando, questiona suas crenças.

Urge a necessidade de recolocar a educação no contexto da comunidade, criar comunidades de aprendizagem, nas quais, o professor se assume como educador, no papel de designer de aprendizagem. A escola não será mais entendida apenas como um espaço físico, com salas de aula, paredes limitantes e grades, mas como um ambiente vivo incorporado a um ecossistema de relações, a escola será um nodo de uma rede conectada com os saberes e fazeres do território físico e/ou virtual.

A Comunidade de Práticas Sustentáveis constituir-se-á em fator de desenvolvimento local, materializar-se-á numa práxis comunitária propiciadora de um desenvolvimento local sustentável.

Essa nova forma de fazer educação é pensada a partir do contexto da comunidade, onde a aprendizagem ocorre na medida em que transforma positivamente a sua realidade socioambiental. Trata-se de outra organização de escola, outra relação entre os vários grupos que constituem a equipe educativa. Passa-se de objetivos de instrução para objetivos mais amplos de mediação em educação.

A Comunidade de Aprendizagem a implementar no Mangueiral pretende, também, substituir uma relação hierárquica e autoritária por uma relação dialógica de construção mútua de conhecimento. Buscará criar um ambiente saudável de amorosidade, de aprendizagem focada na relação entre as pessoas e de transformação do meio. Oportunizará aprendizagens significativas, através de práticas de trabalho comunitário, no respeito de princípios e valores construídos coletivamente, apoiados no exercício de uma política de direitos humanos, com incidência na dimensão da educação ambiental.

#### A Comunidade de Práticas Sustentáveis - CPS

Em 2014, nos termos da Lei Distrital nº 3.984, de 28 de maio de 2007 e no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 28.112, de 11 de junho de 2007, tendo em vista o disposto na Lei Distrital nº 3.833, de 27 de março de 2006 e demais normas que regulam a educação ambiental, o Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal estabeleceu as normas por que se deverá reger o funcionamento do Centro de Práticas Sustentáveis, bem como a Política de Uso:

O CPS é um espaço destinado a práticas de educação ambiental e seus desdobramentos socioambientais. Não há finalidade econômica, política ou religiosa.

São objetivos do Centro de Práticas Sustentáveis: capacitar recursos humanos para a sustentabilidade, sendo a educação ambiental o alicerce para o desenvolvimento das atividades; desenvolver estudos, pesquisas e experimentações com foco em educação ambiental; disseminar informações, trocar experiências e compartilhar saberes acerca de técnicas e materiais ecológicos e sustentáveis utilizados na construção civil; produzir e divulgar material de educação ambiental; atender a demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental; ser financeiramente sustentável.

Para consecução dos objetivos de uso do CPS, o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM poderá firmar parcerias por meio de convênios, contratos, termos e articular-se pela forma conveniente, com órgãos e entidades públicas ou privadas (...) deverão ser considerados favoravelmente os seguintes aspectos: (...) instituições que desenvolvam trabalhos com cooperativas, associações ou comunidades locais, levando em consideração a cultura local; propostas que incorporem aspectos referentes à educação ambiental, em consonância com os objetivos do CPS

O uso por INSTITUIÇÃO PÚBLICA ou INSTITUIÇÃO DO TERCEIRO SETOR, sem fins lucrativos, não gerará custos para a entidade, exceto no caso de danos causados ao patrimônio.

O teor do documento deixa clara vocação do edifício: uma escola da rede pública. Uma escola efetivamente produtora de conhecimento e de reelaboração cultural, com incidência na educação ambiental.

A proposta pedagógica e organizacional da CPS justifica-se por fazer cumprir os princípios e finalidades da educação nacional e os objetivos do ensino fundamental, conforme expresso na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB no 9394/96 de 20 de dezembro) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Visa, também, atender às demais normas aplicáveis, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para a construção do Projeto Político-Pedagógico da Comunidade de Práticas Sustentáveis – CPS. foi constituída uma equipe de trabalho constituída por educadores da região em que o CPS se insere, acompanhada pelos educadores José Pacheco e Cláudia Passos. A equipe definiu como prioritária a estruturação da sua identidade pedagógica e o debate sobre a ressignificação do espaço escolar, bem como da relação deste com a comunidade. Contamos, também, com o apoio de educadores da Secretaria de Educação, que, desde 2013, vivenciaram etapas importantes de formação e práticas que culminaram na implementação da Comunidade de Aprendizagem do Paranoá (CAP).

Com uma definição dos espaços de aprendizagem já desenvolvida, foi possível partir para a elaboração de um diagnóstico atual da realidade escolar, na esfera docente, através de pesquisas e de relatos de educadores acerca das suas percepções das características educacionais, sociais, econômicas e culturais da comunidade. Delineados perfis, buscamos a compreensão da função social da escola na comunidade, se encontrou um espaço educacional promotor de uma aprendizagem significativa, da formação de cidadãos conscientes, comprometidos com o desenvolvimento da sua comunidade e que tenham conhecimento pleno de suas potencialidades — o Centro de Práticas Sustentáveis.

No decurso das discussões realizadas, foram definidas concepções teóricas fundamentadoras das práticas pedagógicas. A Comunidade de Práticas Sustentáveis terá como maior missão "Ser um espaço de aprendizagem, vivência e multiplicação da cidadania". Acreditamos que poderemos contribuir com uma educação de qualidade, expressando na prática educativa a adequação das necessidades sociais, políticas e culturais contemporâneas.

O presente documento será legitimado quando tornar-se objeto de reflexão por parte do coletivo da comunidade de aprendizagem, que vier a ser constituída: educandos, educadores, famílias. Essa reflexão apontará os melhores caminhos a serem trilhados na ação educacional e permitirá a materialização dos princípios e valores que fundamentam a prática, a estrutura organizacional e instâncias de decisão. Permitirá a organização das aprendizagens, dos espaços e tempos, das formas de representação dos educandos e dos conteúdos curriculares, da ação pedagógica, dos procedimentos e estratégias de avaliação pedagógica e das atividades culturais. As propostas de alterações serão apreciadas pela comunidade escolar, em especial pelo Conselho Escolar, responsável maior pela manutenção da coerência deste projeto político-pedagógico. Este projeto será reconfigurado

com a participação da comunidade, que, apresentando sua demanda e percebendo sua participação como essencial, se apropriará dos fazeres pedagógicos contextualizando-os na realidade em que está inserida, podendo então modificá-la e transformá-la.

# RESENHA HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DE COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM NO DISTRITO FEDERAL

"Quando a comunidade também se constitui como parte atuante da escola, com voz e participação na construção coletiva do projeto político-pedagógico, surge o sentido de pertencimento, isto é, a escola passa a pertencer à comunidade que, por sua vez, passa a zelar com mais cuidado por seu patrimônio; a escola começa a sentir-se pertencente àquela comunidade e, então, começa a criar, planejar e respirar os projetos de interesse de sua gente, de sua realidade"

(Currículo em Movimento da Educação Básica – SEEDF)

Em 2013, educadoras da Regional de Ensino do Paranoá se encontraram na 1ª edição da Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova *Educação* – CONANE. A partir desse encontro foi criado um núcleo de estudos e diálogos sobre a reconfiguração das práticas escolares no ensino público. Dele emergiu um grupo de educadoras envolvidas na formação e transformação da sua prática escolar de maneira cooperativa e efetiva. O núcleo se envolveu intensamente na transformação da sua prática e, principalmente, na sua formação pedagógica. Em 2014, na busca e construção de seus caminhos, no seu próprio processo de formação autônoma, conceberam experiências potencialmente inovadoras e nelas se foram fortalecendo, nelas foram empoderando todos os envolvidos.

Em 2016, devido a demanda de vagas para as crianças e jovens do ensino fundamental do Paranoá o núcleo propôs à Regional de Ensino do Paranoá uma parceria, apresentando uma proposta para a construção de um novo espaço de aprendizagem: a CAP. Após a criação da Comunidade de Aprendizagem do Paranoá, idênticas solicitações surgiram no Distrito Federal. Uma dessas solicitações partiu da comunidade de contexto do Centro de Práticas Sustentáveis (Mangueiral). Nestas instalações serão concebidos espaços não convencionais de aprendizagem, que permitam a concretização de práticas educacionais de atendimento da demanda específica da comunidade, sobretudo na dimensão da educação ambiental.

#### 2. OBJETIVO

A Comunidade de Práticas Sustentáveis tem como objetivos gerais aqueles previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, na Declaração Universal dos Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente, isto é: promover o crescimento do educando em todos os aspectos: físico, mental, intelectual, emocional, afetivo, psíquico, para que ele possa interferir, atuar e transformar o seu meio, de forma ética, na perspectiva do desenvolvimento sustentável do ser humano e da comunidade em que se integra.

#### 3. PÚBLICO ALVO

Inicialmente, a CPS funcionará em dois turnos: matutino e vespertino, acolhendo cerca de 500 educandos de idades compreendidas entre os 04 e os 18 anos.

#### 4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE EDUCACIONAL

A construção do conhecimento é tecida na complexidade das interrelações e em múltiplas dimensões: afetiva, física, psicológica, sociocultural, ética, estética, cognitiva, espiritual... O ato de aprender é dinâmico e se dá através da interação do sujeito com o mundo, proporcionando processos individuais de associações e reinterpretações.

Educar é fornecer os meios e acompanhar processos desenvolvimento. No contexto da escola tradicional, onde o foco é o conteúdo, o processo sistêmico da aprendizagem, o respeito às múltiplas de formas de aprender, os tempos, os sonhos, desejos, necessidades e interesses do educando, não são considerados. Este modelo, que tem como premissa valorizar a meritocracia e a competitividade, potencializa a exclusão, uma vez que aqueles que não se adaptam são pecas incompatíveis com o sistema e marginalizados. Muitos acabam ingressando em outro sistema, o penitenciário. Segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen/2014), a população carcerária teve um crescimento de 161% no total de presos desde 2000, o que corresponde a um contingente de 607.731 pessoas, colocando o Brasil em quarto lugar no ranking das maiores populações prisionais do mundo - perdendo apenas para Estados Unidos, China e Rússia. (Carta Capital - 23/06/2015).

> A prevalência de baixa escolaridade segue uma constante entre os presos, o que indica que esta população já era vulnerável ou marginalizada antes de serem presos. O estudo aponta que dois em cada três detentos são negros, e metade da população prisional não frequentou ou possui ensino fundamental

Um criminoso não nasce criminoso — é uma construção social. Desigualdades sociais conjugadas com um sistema de educação incompatível com o seu tempo, potencializam a violência e a desagregação social. Um modelo escolar que não oportuniza a aprendizagem de todos demonstra falência. Urge transformá-lo, conceber novas construções sociais de aprendizagem. O desenvolvimento humano ocorre em meio a uma rede de relações sociais e afetivas marcadas por um contexto sociocultural específico. O educando aprende quando, numa relação de vínculo de confiança co-cria com um mediador (educador) o seu projeto de vida e de comunidade.

Segundo a CODEPLAN, órgão do GDF responsável pela coleta de dados das regiões administrativas do DF, as comunidades do Jardim Botânico e Lago Sul têm, somadas, uma população de aproximadamente 60 mil pessoas, sem contar a população de São Sebastião, Mangueiral e Tororó. Apenas São Sebastião, ainda segundo a CODEPLAN, tem uma população de 100 mil habitantes. Entretanto, os dados da CODEPLAN são bastante defasados por usar como base censitária dados do IBGE de 2010, não contando, por exemplo, a população do Jardins Mangueiral, que estima-se hoje estar em 30 mil habitantes e é o mesmo local onde foi construído o prédio chamado "Centro de Práticas Sustentáveis", prédio pronto para utilização de educação ambiental e fruto da compensação ambiental da construção do próprio Jardins Mangueiral. A Administração Regional do Jardim Botânico divulgou em 2016 estudo próprio de um levantamento populacional do bairro e calculou em 62 mil habitantes a sua atual população, sem contabilizar a região do Tororó. Portanto, estima-se que somadas as três regiões, Jardim Botânico, Jardins Mangueiral e Tororó, são quase 100 mil pessoas sem nenhuma escola pública disponível.

Essa discrepância sobrecarrega ainda mais o já quase colapsado sistema educacional de São Sebastião, que segundo o CRE local, é obrigado a enviar seus alunos por ônibus a diversas regiões do DF. Vários alunos do Jardins Mangueiral são obrigados a jornadas diárias de 3 a 4 horas em ônibus, pela ausência de escolas na região. Ainda segundo CRE, a atual demanda de vagas para alunos de São Sebastião e região é atualmente estimada de 24.500 alunos, sem contar as matrículas que não foram computadas em sistema, de alunos que moram em áreas sem CEP, que se estima ser de mais 2.000 alunos. Só há estrutura para acomodar 21.000 alunos, ou seja, um déficit de 3.500 vagas, mais 2.000 alunos que não foram computados em sistema, por falta do CEP. A coordenadoria de São Sebastião é responsável por quase toda região leste, que inclui além da própria São Sebastião, Jardim Botânico, Mangueiral, Tororó e área rural de São Sebastião. E nenhuma escola foi construída, nos últimos 7 anos, na região. mesmo com 0 substancial aumento populacional, causado principalmente pela implementação do Jardins Mangueiral.

O aumento de demanda também é fruto de decisão judicial que obriga o GDF a matricular crianças a partir de 4 anos, perto de suas casas. Apesar disso, GDF alugou apenas uma nova unidade para a região. A crise econômica também aumentou a demanda pela educação pública, com a migração de crianças da rede particular para a pública e, apesar de mais de 6 bilhões de reais para a educação, reservados pela LOA de 2017 do GDF, nenhum real foi previsto para ser investido na região Leste para construção de escolas. Foi apurado também por essa comissão que para atender o déficit de vagas, a Secretaria de Educação foi obrigada a alugar ônibus para levar as crianças para escolas do Plano Piloto, ao custo mensal de R\$600 mil reais, ou seja, em seis meses deste contrato já seria possível construir uma escola regular.

Ainda, segundo o Movimento Comunitário do Jardim Botânico, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e maior entidade representativa da região, toda a região do Jardim Botânico, há 4 lotes já patrimoniados para a Administração Regional do JB e 11 lotes na região do Jardins Mangueiral. Além disso, como já dito neste documento, possui construído o prédio "Centro de Práticas Sustentáveis". No caso dos lotes do Jardim Botânico, os quatro já se encontram desembaraçados para a imediata implementação de equipamento público de educação (processos administrativos escolas: 307.000.131/2009 e 307.000.132\2009. Processo administrativo creche: 307.000.093/2009). Diretores da OSCIP também destacam encontro com o governador Rodrigo Rollemberg, em visita ao nosso bairro, em 12/05/2017, para vistoria de obras em um parque perto dos lotes que podem receber as escolas, em que ligou para o Secretário de Educação e "determinou prioridade" para a construção de uma escola que atenda a região, determinação gravada e testemunhada por dezenas de pessoas e lideranças comunitárias.

Sem educação apropriada, além de um claro desrespeito ao artigo 5º da CF, potencializa o quadro de vulnerabilidade social local. A região de São Sebastião, apresenta quadro de violência preocupante e está destinado à escola um papel atuante na mudança dessa realidade. Porém, o *déficit* de escolas faz com que as unidades atendam uma demanda acima de sua capacidade. Assim, a Comunidade de Práticas Sustentáveis - CPS constitui-se como uma proposta educacional inovadora, que permitirá concretizar práticas educacionais transformadoras da realidade social, ao mesmo tempo que atende a demanda existente. Na reconfiguração dos processos de aprendizagem, todos os locais e pessoas com potencial educativo serão integradas numa relação em rede, sendo a escola-edifício apenas mais um dos espaços onde acontece aprendizagem.

# 5. FUNÇÃO SOCIAL

Entendemos que a escola pública tem como função social formar o cidadão, construindo conhecimentos, atitudes e valores que tornem o educando solidário, ético e participativo. O saber sistematizado, historicamente acumulado, deve ser reconhecido como patrimônio universal da humanidade, sendo apropriado criticamente pelos estudantes, que também trazem consigo o saber

da comunidade em que vivem e atuam, ou seja, o saber popular. É decisivo para o processo de democratização da sociedade a interligação e apropriação desses saberes pelos estudantes e pela comunidade local. A escola pública poderá ser um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa e do exercício de uma cidadania consciente e comprometida, além da formação do indivíduo e sua preparação profissional. Isso atende aos interesses da maioria socialmente excluída, privada dos bens culturais e materiais produzidos pelo próprio trabalho, contribuindo assim significativamente para a democratização da sociedade.

# 6. PRINCÍPIOS ORIENTADORES E CONCEPÇÕES TEÓRICAS

A Comunidade de Práticas Sustentáveis assume o compromisso de cumprir e fazer cumprir os Princípios e Fins da Educação Nacional, bem como os objetivos do Ensino Fundamental, conforme expresso na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB no 9394/96 de 20 de dezembro) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como atender às demais normas aplicáveis, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Uma Carta de Princípios informará os valores norteadores da Comunidade de Práticas Sustentáveis (CPS.), que servem de base para as práticas do cotidiano escolar. Como escolas são pessoas e pessoas praticam os valores, cabe-nos, também, definir o perfil de educadores e educandos que na CPS. atuam. Compete-nos apontar alguns princípios considerados basilares.

O professor, como o conhecemos, aquele que ensina para os alunos os conteúdos acumulados pela humanidade, reelaborará a sua cultura pessoal e profissional, será um designer educacional, um educador. Educador é quem estimula o educando na exploração e vivência autônoma e crítica de possibilidades de aquisição de conhecimento significativo e participação na transformação da sociedade.

Na CPS., todos os profissionais do desenvolvimento humano serão responsáveis por todos os educandos. Entendemos que aprender é uma ação dinâmica, que se dá na vida e na prática. Sendo assim, a atuação educativa do indivíduo em si se dá nas diversificações de olhares e no "campo", (a comunidade em que convive). A liberdade criativa da criança e do adolescente se processa numa possibilidade de escolhas entre várias formas de satisfazer as necessidades do conhecer. Quando falamos em educação, pensamos num processo mais amplo, que envolve toda coletividade e quem a ela se dirige.

Na escola tradicional o foco é o conteúdo, e os estudantes devem se adequar a eles. Mas, o ser humano é complexo e a construção do saber não se limita ao acúmulo de conteúdos teóricos. Suas dimensões afetivas, políticas, sociais, culturais e históricas devem ser reconhecidas e trabalhadas. O olhar para cada indivíduo dentro de suas especificidades torna o processo de aprendizagem mais estimulante e prazeroso. Os educandos são seres humanos dotados de curiosidade, elemento essencial para ser um pesquisador, aquele quer saber, que quer conhecer. Na CPS., os estudantes terão sua curiosidade nata estimulada e provocada. Porque a escola é um agente social,

que amplia, gradativamente, sua forma de ação num sentido comunitário. Ela acontece na e para a comunidade, fonte de estimulação e destino social do trabalho educativo. Os estudantes devem ser agentes de sua própria transformação, agindo e participando dos espaços em que convivem, dentro de seu grupo, na busca por configurações que desejarem obter.

Diante de uma educação focada na autonomia, que considera o sujeito na sua complexidade, não poderemos ater-nos somente ao currículo objetivo. Conteúdos relacionados à subjetividade do humano são partes do ser em formação. Deveremos lembrar que até o fim de nossas vidas praticamos o aprender, mesmo não intencionados. A atenção à constituição afetiva e social dos estudantes se dará na adoção de valores. Ou seja, conteúdos atitudinais e procedimentais serão ferramentas que brotarão dos valores construídos pela comunidade escolar, com o objetivo de criar e fortalecer ações críticas e criativas entre todos os personagens, que conviverão nos ambientes de aprendizagem.

# 7. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

A organização do trabalho na escola centrar-se-á num sistema de relações que, simultaneamente, atenderá a necessidades do educando e da comunidade, no desenvolvimento de atividades de construção de projetos de vida das crianças e jovens, contribuindo para que eles aprendam a ser, conviver, conhecer e fazer.

De acordo com o Currículo em Movimento dos anos iniciais do ensino fundamental, deve-se: compreender o estudante como sujeito central do processo de ensino, capaz de atitudes éticas, críticas e reflexivas, comprometido com suas aprendizagens, na perspectiva do protagonismo infanto-juvenil. E a escola se norteia pelos princípios democráticos priorizando a passagem da heteronímia para a autonomia. Nesta escola não haverá aulas, nem séries. Os educandos de todas as idades e níveis de conhecimento ocuparão os mesmos espaços e aprenderão juntos. Os educadores acompanharão o processo de cada qual e ajudarão no planejamento de estudos. Portanto, todos os educadores são responsáveis por todos os educandos.

O entender que a educação extrapola os muros da sala de aula, sendo realizada na vida vivida, em diversos momentos e múltiplos lugares, é necessária a ressignificação do próprio ambiente escolar: a escola deixa de ser o único espaço educativo para se tornar uma articuladora e organizadora de muitas outras oportunidades educacionais no território da comunidade.

(Currículo em Movimento da Educação Básica - Pressupostos Teóricos)

A proposta pedagógica se organiza em Núcleos, conforme o Regimento Escolar em anexo, que são organizados em função do desenvolvimento das competências previstas no perfil terminal de cada núcleo. Os Núcleos são a primeira instância de organização pedagógica do trabalho de educandos e educadores, correspondendo a unidades coerentes de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e social.

As propostas de trabalho com os educandos tenderão a usar a metodologia de trabalho de projeto. Neste sentido, a definição do currículo objetivo reveste-se de um caráter dinâmico e carece de um permanente trabalho reflexivo por parte da equipe de educadores, de modo a que seja possível, a facilitação de recursos e materiais na aquisição de saberes e no desenvolvimento das competências essenciais.

Por estar em movimento permanente de discussão, implantação e avaliação é um convite a todos os envolvidos em implementação para discutir a função social da escola, tentando romper com a concepção ciência, conservadora de currículo, conhecimento. guestionando práticas pedagógicas conservadoras, compreendendo que a educação é construção coletiva, portanto, direito inalienável de todos e que cada geração impulsiona suas mudanças, seus novos movimentos.

(Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal).

O percurso de aprendizagem do educando, a avaliação do seu trabalho, assim como os documentos mais relevantes por ele realizados, constarão do seu processo individual. Este documento tentará evidenciar a evolução do educando nas diversas dimensões do seu percurso escolar. O trabalho do educando é supervisionado permanentemente por um educador, ao qual é atribuída a função de tutor. O tutor assume um papel mediador entre família/sociedade e a escola. Os pais ou responsáveis pelo aluno poderão, em qualquer momento, agendar um encontro com o tutor o seu filho ou educando.

A proposta pedagógica da CPS se organiza em núcleos, conforme o Regimento Interno e o Projeto Político Pedagógico (PP-P). São dois os núcleos: a Iniciação e o Desenvolvimento. Cada indivíduo demandará tempos diferentes para passar de um estágio a outro. Os estudantes de cada estágio estarão distribuídos em espaços pedagogicamente equipados para adquirirem as competências e habilidades específicas destas etapas.

Os núcleos são a primeira instância de organização pedagógica do trabalho de educandos e educadores, correspondendo a unidades coerentes de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e social. Nos núcleos, sujeitos de

aprendizagem envolvem-se em tarefas e desafios, para resolver problemas, satisfazer necessidades, desejos e sonhos. Em processo, lidam com questões interdisciplinares, tomam decisões e agem sozinhos e em equipe. Através dos projetos, são trabalhadas suas habilidades de pensamento crítico e criativo, bem como a percepção de que existem várias maneiras para a realização de uma tarefa. Neste sentido, a definição do currículo objetivo reveste-se de um caráter dinâmico e carece de um permanente trabalho reflexivo por parte da equipe de educadores, de modo a que seja possível a disponibilização de recursos e materiais, para aquisição de saberes e desenvolvimento de competências essenciais.

De acordo com o Art. 23 da Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira: a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. A organização do trabalho na escola centrar-se-á num sistema de relações que, simultaneamente, atenderá a necessidades do educando e da comunidade, no desenvolvimento de atividades de construção de projetos de vida das crianças e jovens, contribuindo para que eles aprendam a ser, conviver, conhecer e fazer.

Logo, para que possam aperfeiçoar gradativamente o nível cognitivo e de maturidade, os estudantes passarão por dois estágios, a Iniciação e o Desenvolvimento. Cada indivíduo demandará tempos diferentes para passar de um estágio a outro. Os estudantes de cada estágio estarão distribuídos em espaços pedagogicamente equipados para adquirirem as competências e habilidades específicas destas etapas.

Não há Classificação e Reclassificação, Promoção, Retenção, ou Recuperação, por não haver sala de aula, turmas ou séries. Procedemos a organização dos educandos por Núcleos de Aprendizagem. A mudança de Núcleo está atrelada à aprendizagem e conquista de atitudes e valores, pelos educandos, como previsto no Regimento Interno. Todo o educando será avaliado por seu tutor e/ou equipe de educadores, para o encaminhamento a seu núcleo de aprendizagem ou para a passagem para outro Núcleo.

#### Iniciação

No espaço pedagógico da Iniciação, o estudante começa seu processo de autonomia e adquire as competências e habilidades psicomotoras e emocionais, de educação sócio afetiva e de alfabetização linguística e lógicomatemática. Para isso o espaço conta com uma sala de atendimento individualizado, um salão equipado para pesquisas e estudos coletivos e individuais, além de áreas comuns de convivência.

Ao ingressar neste núcleo, os estudantes carecem de autonomia e consciência da importância dos processos para a boa convivência. Ainda não conseguem atuar sem intervenção alheia, nem fazer seu próprio planejamento de estudos e pesquisas. Ao longo deste estágio, o estudante aprenderá a:

#### Planejar;

- Responsabilizar-se por seu material;
- Tomar iniciativas adequadas às situações;
- Pesquisar de maneira crítica as informações de que necessita para seus projetos e transformações sociais;
- Fundamentar suas decisões e resolver conflitos sem necessidade de intervenção;
- Identificar problemas e interesses;
- Auto avaliar;
- Comunicar suas ideias e descobertas;
- Debater e analisar outras ideias e preparar discursos simples, escritos ou orais;
- Procurar e recolher criticamente as informações.
- Utilizar a tecnologia de informação e comunicação.

A saída deste nível acontece quando a criança revela, além de maturidade nas atitudes, competências de auto planejamento e avaliação, de pesquisa e de trabalho em pequeno e grande grupo. Aos primeiros planos, elaborados pelos professores, sucedem-se esboços de planejamento, que cada aluno vai aperfeiçoando, até atingir a capacidade de prever uma gestão equilibrada dos tempos e dos espaços de aprendizagem.

#### Desenvolvimento

No Desenvolvimento serão trabalhadas as competências nas Dimensões Linguística (língua Portuguesa, Francês, Inglês e Espanhol), Identitária (história e geografia), Naturalista (Ciência, estudo do Meio e Físico-Química), Lógico-matemática, e Artística (Música, Visual, Cênica, Tecnológica e Educação Física). Estas áreas de conhecimento serão estudadas em espaços que possibilitem o desenvolvimento transdisciplinar do conhecimento. Para isso o espaço é disposto de forma a proporcionar a circulação dos educandos. O espaço de Desenvolvimento conta também com laboratórios de artes visuais e ciências, sala de multimídia, local destinado ao desenvolvimento psicomotor e outras atividades corporais, sala de música, área de atendimento individualizado, além das áreas comuns de convivência.

A LDB em seu artigo 15°, expõe que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. Dentro desse espírito, o educando que se apresenta no estágio do Desenvolvimento possui um nível de maior autonomia, capacidade de autodisciplina e planejamento. Já consegue gerir seu tempo, o espaço e o recurso necessários para elaboração e desenvolvimento do seu projeto individual e do coletivo.

Quando alcançado este estágio, o núcleo de projeto, que deu origem à mudança, enquanto potencial comunidade de aprendizagem, entrará numa fase de produção e inovação e entregará à Direção da escola uma proposta de Termo de Autonomia.

Ao longo do estágio do Desenvolvimento o estudante irá adquirir as seguintes habilidades e competências:

- Aprenderá a compreender suas responsabilidades e a ajudar a cumprir as do grupo.
- Manterá boa relação com os outros e aceitará e prestará ajuda sempre que solicitado.
- Será persistente e revelará concentração no desempenho de tarefas, ultrapassando dificuldades.
- Tomará iniciativas adequadas às situações, sem intervenção alheia.
- Revelará segurança nas tarefas.
- Participará com criatividade e ativamente nas atividades da escola.
- Aprenderá a ouvir, intervir e fundamentar.
- Aprenderá como se elabora, desenvolve e atualiza planejamentos individuais, explicitando as suas intenções.
- Se tornará capaz de extrair informações de materiais de pesquisa, trabalhá-las criticamente, construir conhecimento e divulgá-los.
- Praticará a resolução de conflitos, tomada de decisões e reconhecimento dos diferentes pontos de vista.
- Mobilizará saberes para compreender e transformar a realidade.
- Manifestará a utilização de processos complexos de pensamento, produzindo análises e sínteses autonomamente.

Eis alguns dos dispositivos, ferramentas que auxiliam a prática, possibilitando o exercício da reflexão, da autonomia e do engajamento coletivo:

#### Tutoria

O acompanhamento permanente e individualizado do percurso curricular de cada educando caberá a um tutor designado, dentre os educadores da escola, conforme disposto no Regimento Interno.

Os educadores de cada espaço de aprendizagem também são responsáveis pelo desenvolvimento e aprendizagem de cada educando da escola. Os educadores se norteiam pelo planejamento do dia, elaborado a partir do roteiro de estudos de cada educando.

#### Visitas de estudos

Visitas a outros locais onde os educandos podem aprender interagindo com o meio, vivenciando experiências e recolhendo dados que, muitas vezes, não são obtidos na escola.

#### Reunião de pais

#### Registro de avaliação

Todas as avaliações realizadas pelos educadores no decorrer dos dias são registradas no processo individual do educando, que resulta em uma síntese elaborada pelo tutor, acrescida da avaliação de atitudes e competências.

#### Roteiros de estudo

Com orientação de seu tutor, o educando escolhe o que estudar no período de uma semana ou quinzena e monta seu roteiro. Diariamente, o educando faz seu planejamento diário, com a gestão do tempo, espaços e conteúdos a cumprir.

Roteiro para o projeto de aprendizagem

É o roteiro de planejamento do projeto de aprendizagem a ser desenvolvido pelo educando.

Pedir a palavra

Sempre que um educando ou educador, dentro de um espaço de trabalho, pretende falar ou intervir em um debate ou assembleia, levanta seu braço como forma de pedir a palavra.

Murais

Informações a serem partilhadas com toda a comunidade educativa são colocadas nos murais.

Lista de conteúdos por objetivos

Consiste em uma lista completa das competências e conteúdos que integram os Parâmetros Curriculares Nacionais / BNCC, com itens simplificados ao nível de compreensão dos próprios educandos.

Comissão de ajuda

Faz parte da organização da Assembleia. É este grupo que prepara o espaço da Assembleia, organiza o livro de presenças e ajuda a manter a ordem.

Preciso de ajuda e posso ajudar

Quando algum educando sente dificuldade em aprender algum assunto específico, ele preenche o quadro "Preciso de ajuda". Outro educando, que sente possuir um conhecimento do assunto, inscreve-se na coluna ao lado - "Posso ajudar" - e ensina o colega com a dúvida.

Associação de pais e amigos

Constituída pelos pais e/ou responsáveis pelos educandos, é uma interlocutora da vontade dos pais. Participa das reuniões de equipe e do conselho da Comunidade de Aprendizagem.

#### Assembleias

É a estrutura de organização educativa que proporciona e garante a participação democrática dos educandos na tomada de decisões que dizem respeito à organização e funcionamento da Comunidade de Aprendizagem. Somente quando há consenso é que os educandos cumprem o que decidiram.

Acho Bom /Acho Ruim

É uma tabela com as colunas "Acho bom", na qual os educandos podem listar o que acham bom na escola, e a "Não acho bom", com os itens que não os agradam e que são levados para discussão em assembleias.

#### Avaliação

Segundo a LDB, a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. A avaliação, como processo regulador da aprendizagem, orienta construtivamente o percurso escolar de cada educando, permitindo-lhe em cada momento tomar consciência, pela avaliação positiva, do que já sabe e do que já é capaz.

Acompanhar o percurso do educando na construção do seu projeto de vida, tendo consciência da singularidade que lhe é inerente, impõe uma gestão individualizada do seu percurso de aprendizagem na construção de seu Currículo Subjetivo, como também a progressiva consolidação de todas as atitudes que consubstanciam o perfil do indivíduo desenhado e ambicionado neste projeto educativo.

A avaliação do desempenho escolar é compreendida como um mecanismo de diagnóstico das possibilidades do educando, que orienta os próximos passos do processo educativo, tendo, por isso, também caráter formador. Constitui-se em um processo contínuo, dinâmico e cumulativo, com prevalência dos aspectos de qualidade sobre os de quantidade. Além da dimensão cognitiva, o desenvolvimento da afetividade, da socialização, do autoconhecimento, da auto estima, da criatividade, da ética e da autonomia constitui parte essencial da formação do educando e, por conseguinte, do processo avaliativo.

A avaliação é feita sempre se tomando por base cada educando em relação a seu potencial, esforços e envolvimento com a atividade desenvolvida; sua postura de estudante fazendo uso de atividades como aquelas que relacionamos a título de exemplos: discussões sobre assuntos estudados; trabalhos individuais e\ou em grupo; avaliações realizadas por escrito em forma de relatórios; atividades desenvolvidas na comunidade; explicação do que aprendeu a outros colegas; consultas nas bibliotecas e na internet; pesquisas e trabalhos em casa; dramatização de um texto ou de uma situação; relatórios de visitas ou de viagens de estudo, entre outras.

Compete ao educador-mediador de aprendizagem desenvolver outras atividades que o interesse ou necessidade do aluno possa sugerir. Cabe ao tutor acompanhar, orientar, verificar o percurso do seu tutorando, e registrar em portfólio todo o seu desenvolvimento e aprendizagem, para comunicar aos responsáveis, ao educando, equipe, Secretaria de Educação. Esse documento, além de conter o trajeto curricular do educando, também terá anotação de intervenções necessárias para ajudar ao educando sobre sua evolução, tanto em relação aos aspectos cognitivos, quanto em relação a aspectos emocionais.

No sentido de os educandos progredirem na aprendizagem de forma ininterrupta, faz-se o uso da ferramenta de progressão continuada: o estudante não deve repetir o que já sabe; e não deve prosseguir os estudos tendo lacunas em suas aprendizagens. De acordo com as Diretrizes Pedagógicas de Escolarização existem mecanismos nos quais a progressão continuada pode

ser praticada, tal qual o reagrupamento de estudantes ao longo do seu processo de aprendizagem.

A abertura para essa forma de avaliação considera a individualidade de cada educando no sentido de respeitar seu processo e o tempo que cada um leva para absorver os conhecimentos. Diante disso, o tutor disponibiliza e proporciona o devido suporte à interação do educando com os conteúdos que ainda se fizerem necessários, dentro do seu currículo. Portanto, na progressão continuada, a avaliação é contínua e o acompanhamento por parte dos educadores, permanente.

#### 8. DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

A flexibilidade curricular dá abertura para a atualização e a diversificação de formas de produção dos conhecimentos e para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, para atender às novas demandas de uma sociedade em mudança que requer a formação de cidadãos críticos e criativos. Amplia, portanto, a possibilidade de reduzir a rigidez curricular ao favorecer o diálogo entre os diferentes conhecimentos, de forma aberta, flexível e coletiva, numa tentativa de romper as amarras impostas pela organização das grades curriculares repletas de pré-requisitos

(Currículo em Movimento da Educação Básica)

Como cada ser humano é único, a experiência de escolarização e o trajeto de desenvolvimento de cada educando são também únicos. A unicidade do educando, como ser em permanente desenvolvimento, deve ser valorizada com base nos valores do projeto.

As necessidades individuais e específicas de cada educando deverão ser individualmente atendidas, já que as características singulares de cada educando implicam formas próprias de apreensão da realidade. Neste sentido, todo o educando tem necessidades educativas especiais, manifestando-se em formas de aprendizagem sociais e cognitivas diversas. Prestar atenção ao educando tal qual ele é; reconhecê-lo no que o torna único, recebendo-o na sua complexidade; tentar descobrir e valorizar a cultura de que é portador; ajudá-lo a descobrir-se e a ser ele próprio em equilibrada interação com os outros, são atitudes fundadoras do ato educativo e as únicas verdadeiramente indutoras da necessidade e do desejo de aprendizagem.

Na sua dupla dimensão individual e social, o percurso educativo de cada educando supõe um conhecimento cada vez mais aprofundado de si próprio e o relacionamento solidário com os outros. O percurso educativo de cada educando

supõe a apropriação individual do currículo, tutelada e avaliada pelos educandos, educadores e pais.

Considera-se como currículo o conjunto de atitudes e competências que, ao longo do seu percurso escolar e de acordo com as suas potencialidades e interesses, os educandos deverão adquirir e desenvolver. O conceito de currículo é entendido numa dupla dimensão, conforme a sua exterioridade ou de realização, uma meta; o currículo interior ou subjetivo é um percurso (único) de desenvolvimento pessoal, um caminho, um trajeto. Só o currículo subjetivo (o conjunto de aquisições de cada educando) está em condições de validar a pertinência do currículo objetivo.

Fundamentado no currículo nacional, o currículo objetivo é o referencial de aprendizagens e realização pessoal que decorre do projeto. Não pode igualmente ser descurado o desenvolvimento afetivo e emocional dos educandos, ou ignorada a necessidade da educação de atitudes com referência ao quadro de valores subjacente ao projeto educativo.

#### Articulação Curricular

Para além de articularem permanentemente a sua ação no âmbito dos Núcleos de Projeto que integrem, numa lógica de trabalho horizontal, os educadores deverão ainda, numa lógica de trabalho vertical e transversal, articular construtivamente a sua ação com os colegas dos demais núcleos, de forma a garantir a coerência e a qualidade dos percursos de aprendizagem dos educandos à luz do projeto político-pedagógico.

A Escola valorizará as dimensões curriculares fundamentais, na forma da lei. O projeto curricular de cada aluno compreenderá ainda a dimensão tecnológica, entendida numa perspectiva eminentemente transversal e instrumental, e o domínio afetivo e emocional.

A equipe de cada Núcleo de Projeto integrará educadores mais vocacionados, pela sua formação e experiência profissional, para apoiar e orientar, numa perspectiva de acrescida especialização, o percurso de aprendizagem dos educandos em cada uma das dimensões curriculares fundamentais.

O Regimento do Conselho Escolar enunciará os modelos e as formas operacionais a que deverá obedecer à articulação curricular.

#### Relevância do Conhecimento e das Aprendizagens

Todo o conhecimento verdadeiramente significativo é autoconhecimento, pelo que se impõe que seja construído pela própria pessoa a partir da vivência. A aprendizagem é um processo social em que os educandos, heuristicamente, constroem significados a partir da experiência.

Serão valorizadas as aprendizagens significativas, numa perspectiva transdisciplinar e holística do conhecimento, estimulando-se permanentemente a percepção, a caracterização e a solução de problemas, de modo a que o educando trabalhe conceitos de uma forma consistente e continuada, reelaborando-os em estruturas cognitivas cada vez mais complexas.

É indispensável à concretização de um ensino individualizado e diferenciado, referido a uma mesma plataforma curricular para todos os educandos, mas desenvolvida de modo diferente por cada um, pois todos os educandos são diferentes. Os conteúdos a apreender deverão estar muito próximos da estrutura cognitiva dos educandos, bem assim como dos seus interesses e expectativas de conhecimento.

A essencialidade de qualquer saber ou objetivo concreto de aprendizagem deverá ser aferida pela sua relevância para apoiar a aquisição e o desenvolvimento das competências e atitudes verdadeiramente estruturantes da formação do indivíduo; a tradução mecânica e compartimentada dos programas das áreas ou disciplinas curriculares em listas inarticuladas de conteúdos ou objetivos avulsos de aprendizagem, não conduz à valorização dessa essencialidade.

O envolvimento dos educandos em diferentes contextos sócio—educativos e a complementaridade entre situações formais e informais favorecem a identificação de realidades que frequentemente escapam às práticas tradicionais de escolarização e ensino.

A avaliação, como processo regulador das aprendizagens, orienta construtivamente o percurso escolar de cada educando, permitindo-lhe em cada momento tomar consciência, pela avaliação positiva, do que já sabe e do que já é capaz.

Acompanhar o percurso do educando na construção do seu projeto de vida, tendo consciência da singularidade que lhe é inerente, impõe uma gestão individualizada do seu percurso de aprendizagem. A diversidade de percursos possíveis deverá, no entanto, resguardar o desenvolvimento sustentado do raciocínio lógico matemático e das competências de leitura, interpretação, expressão e comunicação, nas suas diversas vertentes, assim como a progressiva consolidação de todas as atitudes que consubstanciam o perfil do indivíduo desenhado e ambicionado neste projeto educativo.

#### 9. AS PESSOAS

Para desenvolvimento de sua proposta. a CPS. contará com uma equipe composta por professores, pais de alunos e agentes educativos comunitários. Esta equipe de projeto deverá agregar um psicólogo, um orientador educacional, além de responsáveis pela logística (cozinha, limpeza etc.

#### 10. ESTRUTURA FÍSICA

O edifício de referência da Comunidade de Práticas Sustentáveis deverá ser escolhido pelo núcleo de projeto. Entretanto, se propõe que, numa fase de transição, esse espaço de aprendizagem seja um imóvel localizado no Jardins Mangueiral, no Centro de Práticas Sustentáveis, propriedade do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM). É um prédio destinado a fins pedagógicos-ambientais e sua construção é fruto de compensação ambiental. Situa-se entre o Mangueiral e a DF-001. Ocupa uma

área de 10 mil m², tem salas de projeção e de artesanato, cozinha sustentável, amplo auditório, estacionamento e várias áreas para o ensino ambiental, como viveiros para criação de mudas de plantas nativas, sistema de tratamento por zonas de raízes (local onde ocorre a filtragem da água vinda da copa), um telecentro para inclusão digital, com conteúdo ligado ao meio ambiente e uma biblioteca. Tem ainda um reservatório com capacidade para 10 mil litros de água tratada para reuso. Para sua construção foram utilizados bambus e paredes de taipa produzidas com o barro da própria obra, além de madeira de reflorestamento certificada.

# 11. CONCEPÇÕES TEÓRICAS, FUNDAMENTO DAS PRÁTICAS

A nossa proposta é pautada na crença de que, pela educação, há de se chegar ao exercício de uma cidadania plena. Sendo assim, como brasileiros, fundamentamos nossa prática no patrimônio pedagógico que herdamos, de Lourenço Filho a Fernando Azevedo, de Nise da Silveira a Maria Nilde Maschelani, de Anísio Teixeira a Darcy Ribeiro, de Lauro de Oliveira Lima a Agostinho da Silva, de Milton Santos a Florestan Fernandes, de Paulo Freire a Pedro Demo...

Diz-nos "Currículo em Movimento" da SEEDF: A escola abre um diálogo profundo com sua comunidade, dando novos significados ao conhecimento, que passa a ficar cada vez mais intimamente ligado à vida das pessoas e aos territórios. E quando o território é explorado e experimentado pedagogicamente pelas pessoas, passa a ser resinificado pelos novos usos e interpretações. Humaniza-se e acolhe com mais qualidade seus habitantes, que passam a reconhecer-se como fazendo parte daquele lugar, consolidando-se cada vez mais o pertencimento. Entendemos, pois, que existe uma relação simbiótica entre os espaços sociais, ou seja, a comunidade pertence a escola tanto quanto a escola pertence a comunidade. Nesse entendimento, a LDB garante que a gestão democrática busca, promove e fomenta a participação da comunidade escolar nas atividades desenvolvidas na escola. (LDB art. 2 da lei 4.751/2012: LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996). Acreditamos que os projetos humanos são produtos de coletivos, e por isso a importância dos sujeitos na construção da história. Sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para produção e reprodução de sua vida e realidade. (Currículo, 2014, p. 32).

A prática é fundamentada a partir do olhar de que o ser em formação é multidimensional, com identidade, história, desejos, necessidades, sonhos, isto é, um ser único, especial e singular, na inteireza de sua essência, na inefável complexidade de sua presença. De acordo com Vygotsky (1991, p. 51) construir conhecimentos implica numa ação compartilhada, já que é por meio dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas. Logo, o professor é o mediador, possibilitador e intervencionista. O professor será tutor, cuidador, que assume um papel determinante no projeto educativo, tendo em conta que os seus objetivos se deverão nortear pela estimulação das capacidades e processos de pensamento, tomada de decisões e resolução de problemas do tutelado.

O Tutor é o ser capaz de potenciar o projeto de vida do ser acolhido, na prestação de cuidado e compromisso, para que o tutorando se assuma como construtor do seu sentido de vida. Para que uma aprendizagem ocorra, deve ser significativa, gerada num vínculo cognitivo, emocional, afetivo, ético, estético. E acontecer numa multiplicidade de espaços, no apropriar-se de cultura, no diálogo, na interação com os diferentes, na aprendizagem da cidadania, em contextos de liberdade responsável.

Morin (2000) convoca os educadores para buscarem compreender e questionar a origem dos processos de construção de conhecimentos, indicando que as aprendizagens não podem ser compartimentadas em disciplinas, mas analisadas sob a ótica da complexidade, das multidimensões. É importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva. Nas palavras de Lev Vygotsky, aprender é um processo que acontece na relação com o outro, sendo importante considerar dois movimentos: a) a imersão do estudante em situações desafiadoras que promovam reflexão crítica e ação partindo daquilo que sabe, ou seja, relativo à "zona mais próxima do nível de seu desenvolvimento"; b) imersão em situações de cooperação com os outros e seus diferentes saberes, confluindo com a "zona de desenvolvimento imediato" caracterizada pela interação que acontece entre o professor, seus pares e diferentes instrumentos. E, segundo Bruner, a interação do sujeito com o ambiente permite que esse indivíduo organize os significados em estruturas cognitivas. Nesse contexto, a maturação do organismo contribui de forma decisiva para que apareçam novas estruturas mentais que proporcionem a adaptação cada vez melhor ao ambiente. Aproveitar o potencial que o indivíduo traz e valorizar a curiosidade natural da criança são princípios que devem ser observados pelo educador".

O currículo é plural e flexível, imbuído de uma concepção educacional comprometida com um modo de aprendizagem que promova a formação de sujeitos capazes de pensar e de atuar criticamente em seus ambientes de convivência. De acordo com o "Currículo em Movimento", publicação da Secretaria de Educação, precisamos estar dispostos a questionar nossos saberes e nossas práticas pedagógicas; a discutir a função social da escola e o aligeiramento dos saberes; a romper com a concepção conservadora de ciência e currículo e de fragmentação do conhecimento; a reinventar-nos, compreendendo que a educação é construção coletiva.

Entendemos e sentimos a necessidade de superar os modelos educacionais vigentes, buscando fertilizar as práticas pedagógicas, e, com elas, novas experiências em que possamos cultivar, efetivamente, no ambiente da Comunidade de Aprendizagem, o legado deixado por grandes educadores que nos inspiram. Anísio Teixeira é exemplo disso quando concebe a ideia de uma educação integral, onde se acolha toda a amplitude do ser e usa-se de matéria prima a própria vida.

Se o nosso interesse é pela vida, aprender significa adquirir um novo modo de agir. Por isso, só se aprende o que se pratica, seja uma ideia, seja uma atitude ou mesmo um controle emocional. Mas não basta praticar. Aprende-se através da reconstrução da experiência. Aprende-se também por associação e nunca se aprende uma coisa só. Toda aprendizagem deve ser integrada à vida, ou seja, adquirida em uma experiência real de vida.

(Teixeira, A. 1965)

Não se trata apenas de lutar pela melhoria da educação, mas de fazer desse processo uma estratégia para a melhoria da vida das pessoas. Sobre isso, a Portaria nº1 de 27 de novembro de 2009 nos respalda, ao estabelecer diretrizes que possibilitam a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais. A prática a que esse projeto se propõe foge ao discurso da desculpabilização e nega o ideário do "sempre se fez".

Pacheco (2012), diz-nos que as escolas que não se dão conta da obsolescência dos modelos, sempre tentaram transmitir conteúdo, sempre valorizaram a transmissão de conhecimento, sempre centraram o ensino nos conteúdos curriculares e numa "avaliação" feita de inúteis provas. E que as práticas ditas diferentes sempre foram exceções à regra". Dentro dessa "exceção à regra", nos fundamentamos no Currículo de Educação Básica da SEDF, que propõe a superação de uma organização de conteúdos prescritiva, linear e hierarquizada, e que: admite que uma proposta curricular integrada não se encerra em si mesma; justifica-se à medida que atende os propósitos educacionais em uma sociedade democrática, buscando contribuir na formação de crianças, jovens e adultos responsáveis, autônomos, solidários e participativos. E, tendo a avaliação um caráter formador, esta será feita a partir do potencial de cada educando, os seus esforços e grau de comprometimento com a atividade desenvolvida, sobressaindo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Em comprometimento com o processo.

Segundo as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF, "a avaliação possui diversas funções; contudo, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal entende que, na avaliação formativa, estão as melhores intenções para acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende. Avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se: eis a perspectiva avaliativa adotada. Este é o sentido da avaliação para as aprendizagens e não simplesmente da avaliação das aprendizagens.

O currículo deve constituir-se numa série de experiências e atividades, de modo que a criança ou o jovem se empenhem na escola para progredir mais rapidamente, de acordo com a sabedoria da experiência humana em sua capacidade de viver.

Ao partir da criança e de suas necessidades, chega-se à conclusão de que o programa escolar deve se organizar em uma

série de experiências reais e socializadas e não como uma simples distribuição de matérias"

(Anísio Teixeira).

Observando que a concepção de avaliação baseada no modelo classificatório da aprendizagem do estudante gera competição e estimula o individualismo, vemos na progressão continuada um caminho que possibilita um atendimento efetivo às necessidades de aprendizagem evidenciadas pelos educandos, erradicando uma avaliação classificatória, fragmentada e permeada pela reprovação.

O comprometimento e a intencionalidade educativa que nos orienta vai de acordo com a formação de pessoas e cidadãos cada vez mais cultos, autônomos, responsáveis e democraticamente comprometidos na construção de um destino coletivo e de um projeto de sociedade, que potenciem a afirmação das mais nobres e elevadas qualidades de cada ser humano.

# 12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO

Com toda a comunidade escolar, estabeleceremos as estratégias necessárias ao desenvolvimento do trabalho, em planejamentos diários e quinzenais, para: promover prática educativa que viabilize o saber, valores e envolva a comunidade quanto aos princípios norteadores da escola, com vista a uma participação ativa; organizar espaços físicos, projetos de estudos adequados à proposta pedagógica e filosófica da escola; unificação de linguagens; confiar aos pais a corresponsabilidade nas ações da escola, para que os educandos também sejam responsáveis pela organização e manutenção das instalações e dos recursos materiais disponíveis; priorizar a participação dos educandos na organização e no desenvolvimento das atividades escolares.

A avaliação interna terá como objetivo a análise, orientação e reformulação, se necessário, dos procedimentos pedagógicos, financeiros e administrativos. Terá como meta o aprimoramento da qualidade das aprendizagens, sendo sustentada por procedimentos de observação e registros contínuos, para permitir o acompanhamento: sistemático e contínuo do processo de aprendizagem, de acordo com os objetivos e metas constantes no Projeto Político-Pedagógico; do desempenho da equipe escolar e dos educandos, nos diferentes momentos do trabalho educacional; da participação da comunidade escolar nas atividades propostas pela Comunidade de Aprendizagem.